

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.437.250 - SP (2019/0028246-0)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL**  
**AGRAVADO : COLABA COOPERATIVA DE LATICÍNIOS E AGRÍCOLA DE BATATAIS**  
**ADVOGADO : JOSE LUIZ MATTHES E OUTRO(S) - SP076544**

**DECISÃO**

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, em 19/10/2018, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. CONTRIBUIÇÃO AO FUNRURAL COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 25, I E II DA LEI Nº 8.212/91, COM AS ALTERAÇÕES DAS LEIS Nº 8.540/92. E 9.528/97 - INCONSTITUCIONALIDADE. MULTA DE MORA - ARTIGO 106, II, C, DO CTN - POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO.

1. No caso concreto, a exigência fiscal deu-se com fundamento no artigo 25 da Lei nº 8.212/91 com as posteriores alterações das Leis nº 8.540/92 e 9.528/97, sobre as quais o STF já declarou sua inconstitucionalidade (RE 363852/MG). Assim, o débito em cobro está maculado de inconstitucionalidade no que se refere às contribuições exigidas com base no referido artigo.

2. Considerando que a CDA inclui outras exações, mostra-se de excessivo rigor a decisão que considera maculada toda a cobrança, pois cabível a mera exclusão, do montante em cobro, das contribuições sociais cobradas com fundamento nos dispositivos acima referidos, permitindo-se assim o prosseguimento do executivo fiscal.

3. De rigor, a exclusão das exações inconstitucionais e o prosseguimento da cobrança pelo saldo remanescente 4. Possível a redução da multa moratória aplicada, em atenção ao disposto no artigo 106, II, 'c', do CTN, em combinação com a nova redação dada ao artigo 35 da Lei no 8.212/91 pela Lei nº 11.941/09, que submete a questão ao disposto no artigo 61 da Lei nº 9.430/96. Este dispositivo prevê, em seu § 2º, um percentual máximo de 20% às Multas de mora. Precedentes.

5. Apelação da parte contribuinte parcialmente provida" (fl. 207e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 210/212e), os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. HIPÓTESES DO ART. 1.022 DO CPC/2015. OMISSÃO - NÃO CONFIGURAÇÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO DO ACÓRDÃO EMBARGADO - INADEQUAÇÃO.

1. É plenamente possível aferir-se o exato alcance do acórdão embargado e de seus fundamentos, não havendo ponto omissos, obscuro ou contraditório no julgado.
2. O questionamento do acórdão, pela embargante, sob a alegação de ocorrência de omissões, contradição e erro material aponta para típico e autêntico inconformismo com a decisão, contrariedade que não enseja o acolhimento do presente recurso, uma vez que inexistente qualquer dos vícios elencados no artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Embargos revestidos de nítido caráter infringente, objetivando discutir o conteúdo jurídico do acórdão.
3. Ainda que os embargos tenham como propósito o prequestionamento da matéria, faz-se imprescindível, para o conhecimento do recurso, que se verifique a existência de quaisquer dos vícios descritos no artigo 1.022 do Código de Processo Civil/2015. Precedentes do STJ.
4. Embargos de declaração rejeitados" (fl. 221e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante alega o seguinte:

"Conforme já exposto, a incidência da contribuição em questão se deu em substituição à incidência de referida exação sobre a folha de pagamento, atento, o legislador, à necessidade de conferir maior eficiência ao sistema de arrecadação, evitando-se a dificuldade na concretização da receita incidente sobre a folha de pagamentos decorrente da informalidade do setor.

Admitida, todavia, a inconstitucionalidade da exação incidente sobre o faturamento, há de se reconhecer que o produtor rural pessoa física deve contribuir sobre a folha de pagamento, nos termos do artigo 22 da Lei 8.212/1991, sob pena de estar o Judiciário suprimindo fonte de custeio em prejuízo da estabilidade do sistema de seguridade social. Em suma, a retirada de nosso ordenamento jurídico da regra que alterou o regime de tributação do produtor rural pessoa jurídica acarreta a repristinação da norma revogada restaurando, assim, a exigibilidade da contribuição previdenciária incidente sobre a folha de pagamentos.

Tratando a presente demanda de pretensão de repetição, não há como deixar de se considerar, na liquidação do indébito, o valor devido pelo contribuinte a título de contribuição para a seguridade social incidente sobre a folha de pagamento, e que deixou de recolher em atendimento à sistemática de incidência da contribuição

sobre a receita bruta de sua comercialização, a qual agora pretende que seja declarada inconstitucional.

Com efeito, o STF, no RE nº 363.852/MG, entendeu inconstitucional a técnica de cálculo de contribuição, na forma da Lei nº 9.528/1997, mas não declarou a inconstitucionalidade da cobrança de contribuição previdenciária do empregador rural pessoa física. Como subsiste a exação, mudando-se apenas a forma de cálculo, tem-se, então, situação de repristinação constitucional, retornando a legislação anterior, que, supostamente, havia sido revogada pela lei inconstitucional.

Quanto à restituição/compensação, é indispensável que se restrinja à eventual diferença entre a quantia devida (em decorrência da aplicação do art. 22, I e II, da Lei nº 8.212/91) e o montante pago por força da lei declarada inconstitucional. Na hipótese, cabe ao sujeito passivo a comprovação de que efetivamente existe, com a observância do regime originário da Lei nº 8.212/91, saldo em seu favor. Nesse sentido, existem precedentes do STJ (exemplo: AgRg no RESP nº 1.344.881/RS) bem como a Questão de Ordem na AC nº 50000552-77.2010.4.04.7210, julgada pela 1ª Seção do TRF4.

De rigor, portanto, o desmerecimento do apelo aforado parte Recorrente" (fls. 227/228e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrazões a fls. 232/240e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 242/244e), foi interposto o presente Agravo (fls. 246/250e).

Contraminuta a fls. 252/255e.

A irresignação não merece conhecimento.

Da simples leitura das razões recursais, constata-se que a parte recorrente não indicou, com precisão e objetividade, de forma clara e individualizada, como lhe competia, qual o dispositivo de lei federal que porventura tenha sido malferido pelo Tribunal de origem, o que caracteriza ausência de técnica própria indispensável à apreciação do Recurso Especial.

Diante desse quadro, tem incidência, por analogia, a Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Com efeito, "a mera menção a dispositivos de lei federal ou mesmo a narrativa acerca da legislação que rege o tema em debate, sem que se aponte com precisão a contrariedade ou a negativa de vigência pelo julgado recorrido, não preenchem os requisitos formais de admissibilidade recursal, a atrair a incidência da Súmula 284/STF" (STJ, AgRg no AREsp 722.008/PB, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/09/2015).

Desse modo, a indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos por violados deve ser clara, precisa e expressa, não se admitindo, para tanto, a mera remissão a dispositivos no bojo do recurso, sob pena de considerar-se como apontados por violados todo e qualquer dispositivo de lei ao qual a parte trate no seu recurso.

A esse respeito, confira-se:

"RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARREIRA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR. DISSÍDIO PRETORIANO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL QUE TERIA SIDO INTERPRETADO DE MODO DIVERGENTE. DEFICIÊNCIA RECURSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. INTERPRETAÇÃO. PORTARIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. DIPLOMA QUE NÃO SE ENQUADRA NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. OFENSA REFLEXA. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NO APELO ESPECIAL.

(...)

**2. A mera indicação de violação genérica a lei federal, sem particularização precisa dos dispositivos violados, implica deficiência de fundamentação do recurso especial, atraindo a incidência da Súmula 284/STF** ('É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.'). Precedentes.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no REsp 1.408.145/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 03/02/2017).

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 182/STJ. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF.

(...)

**2. A ausência de particularização dos indigitados dispositivos legais supostamente violados inviabiliza a compreensão da irresignação recursal, sendo deficiente a fundamentação do recurso especial, em conformidade com o enunciado da Súmula 284/STF.**

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 316.747/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe de 01/08/2013).

Mesmo que superado esse óbice, melhor sorte não socorre a agravante.

Com efeito, o Tribunal de origem assim se pronunciou, ao rejeitar os Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional:

"No que concerne à alegação de repristinação da contribuição prevista no artigo 22 da Lei nº 8.212/1991 (cujo fato gerador é a folha de pagamento), saliento que a **matéria não foi suscitada pela recorrente por ocasião da apresentação da impugnação (fls. 59/80), tampouco em sede de contrarrazões (fls. 158/161).**

Inobstante, cumpre destacar que, conforme consignado no julgamento, o executivo fiscal foi ajuizado para cobrar, dentre outras exações, contribuições previdenciárias calculadas sobre a produção rural (pessoa física equiparada a autônomo) e contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa, na comercialização do produto rural, com fundamento no artigo 25, I e II, da Lei nº 8.212/91, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 8.540/92 e 9.258/97, dispositivos considerados incompatíveis com a Constituição Federal pelo STF - RE 363852/MG.

Assim, a tese de repristinação do artigo 22 da Lei nº 8.212/1991, embora tenha pertinência, por exemplo, para fins de dedução do valor a ser restituído ao contribuinte em ações de repetição de indébito (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1489751/PR), **não comporta acolhimento nestes autos, pois, além de se tratar de matéria que não foi oportunamente suscitada pela recorrente, refere-se a contribuição calculada sobre a folha de pagamento, hipótese de incidência diversa da presente cobrança (produção rural).**

Acrescento que, ainda que eventualmente devidos pelo contribuinte valores com fundamento no artigo 22 da Lei nº 8.212/1991, **far-se-ia necessário um novo lançamento para fins de apuração do montante a ser pago, o que torna inviável o prosseguimento da execução fiscal com base em meros cálculos aritméticos.**

Portanto, o executivo fiscal a que se referem estes embargos não pode prosperar, ante a fundamentação inconstitucional, exatamente como constou do acórdão embargado" (fls. 218/219e) (grifei).

Entretanto, as razões do Recurso Especial não atacam tais fundamentos, tendo a parte recorrente se limitado a manifestar seu inconformismo com o resultado que lhe foi desfavorável, reiterando a argumentação já desenvolvida dos Aclaratórios, pelo que incidem, na espécie, as Súmulas 283 e 284 do STF, por analogia.

Nesse contexto, à luz do princípio da dialeticidade, não basta à parte recorrente manifestar o inconformismo e a vontade de recorrer; precisa impugnar todos os fundamentos suficientes para sustentar o acórdão recorrido, demonstrando, de maneira discursiva, por que o julgamento proferido merece ser modificado.

Na esteira da jurisprudência dessa Corte, "a interposição do recurso

especial à moda de apelação, deixando a parte recorrente de efetivamente demonstrar no que consistiu a violação da lei federal e de infirmar especificamente os fundamentos do acórdão, limitando-se a reiterar as razões dos recursos anteriores, atrai a incidência das Súmulas nºs 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal" (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 171.093/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 26/08/2013).

No mesmo sentido:

"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. AUSÊNCIA. FUNDAMENTOS DO JULGADO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. VIOLAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. JULGAMENTO EXTRA E ULTRA PETITA. AUSÊNCIA. PERÍCIA. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.

SÚMULA 7 DO STJ.

1. O entendimento desta Corte é pacífico no sentido de que não há omissão, contradição ou obscuridade no julgado quando se resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada e apenas se deixa de adotar a tese do embargante. Precedentes.

2. A agravante se limitou a reprisar a tese desenvolvida na apelação, deixando, contudo, de impugnar especificamente os fundamentos do julgado. Nesse contexto, revelou-se a flagrante violação ao princípio da dialeticidade (por ausência de impugnação específica) e configurou-se deficiência de fundamentação, de modo a atrair, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

3. (...).

6. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 550.641/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES – Desembargador Federal Convocado do TRF da 5ª Região), QUARTA TURMA, DJe de 14/02/2018).

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. (...). FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. INVERSÃO DO JULGADO.(...).

1. (...)

4. No caso concreto, verifica-se que a parte se furtou ao dever de impugnar a compreensão do Tribunal *a quo*. Sendo assim, como os fundamentos não foram atacados pela parte agravante e são aptos, por si sós, para manter o decisum combatido, permite-se aplicar na espécie, por analogia, os óbices das Súmulas 284 e 283

**do STF, ante a deficiência na motivação do recurso e a ausência de impugnação de fundamento autônomo.**

5. (...).

5. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido" (STJ, REsp 1.654.722/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/05/2017).

**"PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.**

1. (...).

2. **Incidem as Súmulas n. 283 e 284 do STF nos casos em que a parte recorrente deixa de impugnar a fundamentação do julgado, limitando-se a apresentar alegações que não guardam correlação com o decidido nos autos.**

3. Pedido de reconsideração recebido como agravo regimental, ao qual se nega provimento" (STJ, RCD no AREsp 456.659/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, DJe de 03/11/2015).

**"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO. NOMEAÇÃO E POSSE. PRESCRIÇÃO. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULAS 283 E 284/STF. LITISPENDÊNCIA. PEDIDOS DIVERSOS. INÚMEROS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULAS 211/STJ E 282/STF.**

1. (...).

2. **'A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido bem como as razões recursais dissociadas daquilo que ficou decidido pelo Tribunal de origem demonstram deficiência de fundamentação do recurso, o que atrai, por analogia, os óbices das Súmulas n. 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.'** (AgRg no REsp 1507662/PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/08/2015, DJe 28/08/2015).

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg no REsp 1.170.131/RS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe de 19/10/2015).

**"DIREITO PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. (...). FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO ATACADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO**

RECURSAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 283 E 284 DO STF.

1. (...).

3. Recurso especial que, reprisando os argumentos anteriormente deduzidos na apelação, deixou de impugnar os seguintes fundamentos, que demonstram a adequação da resolução da ANEEL em discussão ao ordenamento jurídico: (i) a extinção expressa do regime de remuneração garantida (art. 7º da Lei nº 8.631/93), não implica o fim do sistema de cobrança da tarifa binômia e (ii) a Lei 9.427/96, que criou a ANEEL, autoriza a agência a regulamentar também a forma de comercialização da energia elétrica, o que, de fato, foi feito pela Resolução cuja legalidade se questiona.

**4. Razões do recurso especial desassociadas dos fundamentos do acórdão recorrido, sem impugnação específica de seus argumentos, atraindo a aplicação dos enunciados de n. 283 e 284 do STF.** Precedentes.

5. Agravo regimental não provido" (STJ, AgRg no REsp 1.100.695/SC, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe de 27/04/2010).

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **a**, do RISTJ, **conheço** do Agravo para **não conhecer** do Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
Relatora